

Relator vota a favor das cotas raciais na UnB e sessão do Supremo é suspensa

25/04/2012 - 19h28

[Cidadania](#) [Educação](#) [Justiça](#)

Daniella Jinkings
Repórter da Agência Brasil

Brasília – O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, votou pela constitucionalidade da reserva de vagas em universidades públicas com base no sistema de cotas raciais. O magistrado é relator do processo ajuizado pelo DEM contra o sistema de cotas raciais da Universidade de Brasília (UnB). Após o voto de Lewandowski, a sessão foi suspensa e deve ser retomada amanhã (26) à tarde.



De acordo com Lewandowski, os programas de ação afirmativa têm como finalidade acabar com o sentimento de discriminação por pertencer à determinada raça. “Não basta não discriminar. É preciso viabilizar. A postura deve ser, acima de tudo, afirmativa. É necessária que esta seja a posição adotada pelos nossos legisladores. A neutralidade estatal mostrou-se, nesses anos, um grande fracasso”.

Para o ministro, o reduzido número de negros e pardos que exercem cargos ou funções de relevo em nossa sociedade, tanto na esfera pública quanto na privada, resulta de uma discriminação histórica. “Os programas de ação afirmativa, em sociedades onde isso ocorre, são uma forma de compensar essa discriminação culturalmente arraigada e praticada de forma inconsciente”. Ele acredita que a instituição das cotas na UnB faz com que o ambiente acadêmico seja mais diversificado.

Segundo a ação proposta pelo DEM, o sistema de cotas viola preceitos fundamentais da Constituição. Para o partido, vão ocorrer “danos irreparáveis se a matrícula [nas universidades] se basear em cotas raciais, a partir de critérios dissimulados, inconstitucionais e pretensiosos”.

A UnB foi a primeira universidade federal a instituir o sistema de cotas, em junho de 2004. Ato administrativo e normativos determinaram a reserva de 20% das vagas oferecidas pela instituição nos certames de acesso (vestibular e Programa de Avaliação Seriada - PAS) a candidatos pretos e pardos.

A política de ação afirmativa faz parte do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial da UnB e foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da instituição. No primeiro vestibular, 18,6% dos candidatos optaram pelo sistema de cotas raciais. A eles foram destinados 20% das vagas de cada curso oferecido. A comissão que implementou as cotas para negros também foi responsável pelo convênio entre a UnB e a Fundação Nacional do Índio (Funai), firmado em 12 de março de 2004, para reserva de vagas a indígenas.

Edição: Vinicius Doria

[Cidadania](#) [DEM](#) [Educação](#) [Justiça](#) [cotas raciais](#) [julgamento](#) [racismo](#) [stf](#) [supremo](#) [unb](#) [universidade](#)

» Leia também:

[Vice-procuradora-geral da República defende cotas raciais em universidades públicas](#)

[ONU apoia políticas de cotas raciais em universidades públicas do Brasil](#)

[Começa julgamento da constitucionalidade do sistema de cotas raciais no STF](#)

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

11h58 Economia

A quatro dias do prazo, 8 milhões de contribuintes ainda não entregaram declaração do imposto de renda

11h57 Saúde

Rio: No Dia Nacional de Combate à Hipertensão, médicos alertam população sobre riscos da doença

11h44 Política

Código Florestal: Gilberto Carvalho diz que Dilma analisará com “serenidade” possibilidade de veto

11h36 Pesquisa e Inovação

Governo fará levantamento de empregos de “valor tecnológico” para egressos do Ciência sem Fronteiras

11h23 Internacional

Deputados argentinos debatem expropriação de petrolífera e votação deve ocorrer em uma semana

NOTÍCIAS DO MESMO DIA

23h46 Cultura

Lançamento de documentário reúne Dilma e Lula em sessão de cinema no Museu da República

23h44 Educação, Pesquisa e Inovação

Ciência sem Fronteira incentiva aluno a estudar no exterior

23h10 Meio Ambiente, Política

Ruralistas promovem novas mudanças no Código Florestal e matéria vai à